

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 723.844 - SP (2015/0134192-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : BANCO INDUSVAL SA  
**ADVOGADOS** : MAURO CARAMICO E OUTRO(S) - SP111110  
JULIANA SPINELLI - SP284438  
**AGRAVADO** : VENICE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA  
**ADVOGADO** : RENATO DE LUIZI JÚNIOR E OUTRO(S) - SP052901

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL E INCOMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA Nº 284 DO STF, POR ANALOGIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

O BANCO INDUSVAL (BANCO) interpôs agravo de instrumento contra decisão que em ação de busca e apreensão proposta contra VENICE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA (VENICE) indeferiu o pedido de expedição de alvará judicial para autorizar a transferência dos veículos apreendidos para seu nome.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo de instrumento em acórdão assim ementado

*ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO EM GARANTIA - BUSCA E APREENSÃO PELO AGENTE FIDUCIÁRIO, COM CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE SOBRE O BEM RETOMADO - EXPEDIÇÃO DE NOVO CERTIFICADO DE REGISTRO DE PROPRIEDADE DOS VEÍCULOS, INDEPENDENTEMENTE DAS RESTRIÇÕES JUDICIAIS ORIUNDAS DE AÇÕES PROMOVIDAS CONTRA O DEVEDOR-FIDUCIÁRIO IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA - TERCEIROS NÃO SUJEITOS AOS EFEITOS DA COISA JULGADA - DECISÕES JUDICIAIS RESTRITIVAS QUE DEVEM SER REVISTAS PELO PRÓPRIO JUÍZO OU POR INSTÂNCIA SUPERIOR - OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. DECISÃO CONFIRMADA.*  
*- Recurso desprovido (e-STJ, fl. 462).*

Os embargos de declaração opostos pelo BANCO foram rejeitados (e-STJ, fls. 474/477).

Irresignado, o BANCO interpôs recurso especial, com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegando (1) ofensa ao art. 535 do CPC/73, sob o argumento de negativa de prestação jurisdicional; e, (2) ocorrência de dissídio jurisprudencial no que se refere à exclusão da penhora de veículo alienado fiduciariamente ao banco por não integrar o patrimônio do executado (e-STJ, fls. 480/491).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 505/514).

O recurso não foi admitido na origem ante a não afronta aos dispositivos tidos por violados e ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial (e-STJ, fls. 516/517), decisão contra a qual foi interposto agravo (e-STJ, fls. 520/528).

A contraminuta não foi apresentada (e-STJ, fl. 537).

É o relatório.

DECIDO.

Não merece prosperar a irresignação.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade do recurso, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

**(1) Da alegada omissão**

O BANCO afirmou que o art. 535 do CPC/73 foi violado, sob o fundamento que o Tribunal de origem deixou de analisar questão essencial ao deslinde do feito, sem indicar as teses omitidas, em evidente alegação genérica de contrariedade ao referido dispositivo.

Nestes casos, ante a deficiente fundamentação do recurso, incide a Súmula nº 284 do STF, por analogia: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Esse é o entendimento desta Corte, confira-se:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE*

*DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ADVERTÊNCIA DE MULTA. EMBARGOS REJEITADOS.*

*1. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se evidente o intuito infringente da presente irresignação, cujo objetivo não é suprir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.*

*2. Não há como conhecer de apontada violação do art. 535 do CPC produzida de modo genérico, sem discriminar os pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros sobre os quais tenha incorrido o acórdão impugnado, sob pena de incidência da Súmula 284/STF.*

*3. Advertência de que a oposição de novos embargos de declaração de cunho protelatório ensejará a aplicação de multa de 1% sobre o valor da causa, nos termos do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.*

*4. Embargos de declaração rejeitados.*

(EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 518.754/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 16/4/2015, DJe 30/4/2015 - sem destaques no original)

## **(2) Do dissídio jurisprudencial**

Verifica-se que não foi feita a indicação clara e precisa dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria divergência jurisprudencial, o que evidencia a deficiência na fundamentação do recurso, a atrair o óbice da Súmula nº 284 do STF.

A propósito:

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO MÉDICO. RESPONSABILIDADE. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO OU OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA N. 284/STF. DECISÃO MANTIDA.*

*[...]*

*4. O conhecimento do recurso especial, fundamentado na alínea "a" ou na alínea "c" do permissivo constitucional, exige a indicação dos dispositivos legais supostamente violados ou que*

*foram objeto de interpretação divergente. Ausente tal requisito, incide a Súmula n.*

*284/STF.*

*5. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 1034448/AM, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 16/06/2017)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. HOSPITAL E COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE. VÍNCULO. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. DANO MORAL. VALOR RAZOÁVEL. SOFRIMENTO FETAL. RECÉM-NASCIDO. SEQUELAS GRAVES E PERMANENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF. APLICAÇÃO ANALÓGICA.*

*[...]*

*3. Se nas razões de recurso especial não há sequer a indicação de qual dispositivo legal teria sido objeto de interpretação divergente, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.*

*4. Agravo interno não provido*

(AgInt no AREsp 970.226/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 1/6/2017)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Advirta-se, ainda, que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts.1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 03 de abril de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator